

RELATÓRIO EXECUTIVO SANEAMENTO

24 de julho de 2018

Para ler os artigos de seu interesse basta clicar sobre os títulos do índice

Regulação

Medida provisória do saneamento recebe 525 emendas

A Medida Provisória 844/18, publicada no último dia 09/07/2018, tem como objetivo modernizar o marco legal do saneamento básico. A medida foi enviada à Comissão Mista do Congresso, criada para emitir parecer sobre seu conteúdo. Nos seis dias após sua publicação, recebeu 525 propostas de emendas por parte de deputados e senadores. **(Pág. 2).**

Agência de rating avalia impacto da MP 844/18

A Agência de Rating Moody's avaliou na última semana o possível impacto da Medida Provisória 844/18 sobre as companhias do setor de saneamento básico. Segundo a agência, empresas privadas devem ser impactadas positivamente, uma vez que a medida provisória inclui artigos que incentivam o aumento da participação privada no setor. Paralelamente, empresas estaduais devem sentir um efeito negativo em seus ratings caso a medida avance no Congresso. **(Pág. 2).**

Evento na FGV debate setor de saneamento

No último dia 23/07/2018, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas organizou o "V Seminário Saneamento: Investimento Social de Alto Impacto", que discutiu o investimento no setor no Brasil. Gesner Oliveira, sócio da GO Associados e coordenador do Grupo de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais, também da FGV, participou como palestrante. **(Pág. 3).**

Florianópolis (SC) avança na criação da taxa de lixo

No último dia 18/07/2018, a Comissão Especial criada pela prefeitura de Florianópolis para avaliar a criação de uma taxa para gestão de resíduos sólidos apresentou os resultados dos estudos realizados.

O município tem como objetivo a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de gestão de resíduos sólidos, que já está previsto tanto na Lei do Saneamento quando na Política Nacional de Resíduos Sólidos. **(Pág. 3).**

Negócios

GIC adquire 5% das ações da Sanepar

No último dia 18/07/2018 a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) publicou comunicado ao mercado informando que o GIC Private Limited, braço financeiro do governo de Singapura, adquiriu 5,005% das ações preferenciais da companhia, passando a ser classificado como investidor relevante. **(Pág. 4).**

Aegea assume concessão do saneamento em Manaus (AM)

A operadora privada Aegea Saneamento publicou no último dia 16/07/2018 nota ao mercado informando que assumiu de forma definitiva as operações de água e esgoto no município de Manaus, capital do Amazonas. **(Pág. 4).**

Entrevista especial

Estre cria programa de compliance e amplia negócios

Agenda Bianual da Água (Pág. 8)

Links de interesse (Pág. 9)

Parcerias e Concessões (Pág. 10)

MEDIDA PROVISÓRIA DO SANEAMENTO RECEBE 525 EMENDAS

- A Medida Provisória 844/18, publicada no último dia 09/07/2018, tem como objetivo modernizar o marco legal do saneamento básico, alterando a lei que regulamenta a atuação da Agência Nacional das Águas e a Lei 11.445/07, a chamada Lei do Saneamento.
- A medida foi enviada à Comissão Mista do Congresso, criada para emitir parecer sobre seu conteúdo. Nos seis dias, entre sua publicação e 15/07/2018, a medida recebeu 525 propostas de emendas, entre emendas modificativas e supressivas, por parte de deputados e senadores.
- Os pontos mais questionados pelas emendas são a definição de regras regulatórias no âmbito federal pela Agência Nacional das Águas e o artigo 10-A, que exige o chamamento público antes da assinatura de contratos sem licitação entre municípios e companhias estaduais de saneamento.
- No próximo dia 31/07/2018, quatro entidades, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE) e Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), organizarão um conjunto de eventos públicos contrários à aprovação da Medida Provisória.
- A medida tramita em regime de urgência no Congresso e deve ser apreciada até 19/08/2018 pela Câmara dos Deputados. Se necessário, será novamente apreciada pela Câmara até 06/09/2018, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Tramitação da MP 844/18

Descrição	Início do prazo
Prazo para Emendas: 10/07/2018 a 15/07/2018. Comissão Mista: Câmara dos Deputados: até 19/08/2018. Senado Federal: 20/08/2018 a 02/09/2018. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 03/09/2018 a 05/09/2018. Sobrestar Pauta: a partir de 06/09/2018. Congresso Nacional: 09/07/2018 a 20/09/2018. Prorrogação pelo Congresso Nacional:	09/07/2018

AGÊNCIA DE RATING AVALIA IMPACTO DA MP 844/18

- A Agência de Rating Moody's avaliou na última semana o possível impacto da Medida Provisória 844/18 sobre as companhias do setor de saneamento básico.
- Segundo a agência, empresas privadas, como Aegea, BRK Ambiental, Águas do Brasil e Iguá, devem ser impactadas positivamente, uma vez que a medida provisória inclui artigos que incentivam o aumento da participação privada no setor. Um exemplo é o Artigo 10-A, que requer chamamentos públicos para os municípios antes de assinar contratos sem licitação com empresas estaduais.
- Paralelamente, empresas estaduais devem sentir um efeito negativo em seus ratings caso a medida avance no Congresso, uma vez que deixam de contar com o importante diferencial competitivo de oferecer uma solução para os municípios sem a necessidade de processo licitatório.

- Outro fator importante levantado pela agência é a possibilidade de manter os atuais contratos das companhias estaduais de saneamento com os municípios no caso da venda da participação dos Estados nestas empresas. Isso eliminaria a necessidade de renegociar individualmente os contratos com todos os municípios e pode possibilitar a privatização de algumas companhias estaduais que estão sendo estudadas pelo BNDES no âmbito do Programa de Parcerias em Investimento.

EVENTO NA FGV DEBATE SETOR DE SANEAMENTO

- No último dia 23/07/2018, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) organizou o “V Seminário Saneamento: Investimento Social de Alto Impacto”, que discutiu o investimento no setor no Brasil. Gesner Oliveira, sócio da GO Associados e coordenador do Grupo de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais, também da FGV, participou como palestrante.
- Um dos temas de maior debate no evento foi a recém-editada Medida Provisória 844/18, que altera a legislação do setor de saneamento básico. Gesner Oliveira defendeu a necessidade de alteração nos marcos legais do setor, com o objetivo de reverter o cenário de baixo investimento e atraso no cumprimento de metas de atendimento.
- Adailton Ferreira Trindade, secretário nacional de Saneamento, ligado ao Ministério das Cidades, participou do evento e defendeu a medida, enfatizando que o setor possui disponibilidade de verbas, que não são acessadas ou por falta de bons projetos ou pela impossibilidade de companhias com alto endividamento e baixa receita receberem financiamento. No ano de 2017, apenas R\$ 4 bilhões foram desembolsados pelos bancos federais para o setor, dos R\$ 6 bilhões que estavam orçados. Até o momento, em 2018, o desembolso foi de R\$ 1 bilhão.
- Em entrevista ao jornal Valor Econômico, Trindade afirmou que o orçamento para investimento no setor não tem sido utilizado em sua totalidade nos últimos quatro anos, apesar de o saneamento possuir as melhores condições para financiamento junto aos bancos federais. No caso da Caixa Econômica Federal, junto com os resíduos sólidos, o setor possui a menor taxa de juros e prazo de pagamento de até 34 anos.



FLORIANÓPOLIS (SC) AVANÇA NA CRIAÇÃO DA TAXA DE LIXO

- No último dia 18/07/2018, a Comissão Especial criada pela prefeitura de Florianópolis para avaliar a criação de uma taxa para gestão de resíduos sólidos apresentou os resultados dos estudos realizados.
- O município tem como objetivo a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de gestão de resíduos sólidos, que já está previsto tanto na Lei do Saneamento quanto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Segundo as estimativas apresentadas, o gasto anual total para a gestão correta dos resíduos seria da ordem de R\$ 160 milhões, três vezes mais do que os R\$ 53 milhões que são arrecadados atualmente com a taxa de resíduos.

- A proposta do grupo de trabalho é de que seja votada até setembro de 2018 a adoção da taxa de resíduos que cubra totalmente os custos já para o ano de 2019. O grupo pretende que a taxa seja substituída por uma tarifa específica para o setor até o ano de 2021, com a mesma arrecadação.

GIC ADQUIRE 5% DAS AÇÕES DA SANEPAR

- No último dia 18/07/2018 a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) publicou comunicado ao mercado informando que o GIC Private Limited, braço financeiro do governo de Singapura, adquiriu 5,005% das ações preferenciais da companhia, passando a ser classificado como investidor relevante.
- Na nota, o fundo afirmou que sua participação na Sanepar se estende apenas à manutenção de um portfólio diversificado e não tem o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da companhia.
- O GIC já atua como investidor no setor de saneamento brasileiro, com 21,44% das ações da operadora privada Aegea Saneamento.

AEGEA ASSUME CONCESSÃO DO SANEAMENTO EM MANAUS (AM)

- A operadora privada Aegea Saneamento publicou no último dia 16/07/2018 nota ao mercado informando que assumiu de forma definitiva as operações de água e esgoto no município de Manaus, capital do Amazonas.
- Em sua nota, a Aegea informou que o município de 2 milhões de habitantes possui um elevado índice de perdas de água, de 75%, e uma cobertura da coleta de esgoto servindo apenas 19,2% da população. A companhia mencionou a experiência positiva em Campo Grande (MS), que possuía índices semelhantes antes da operação pela Aegea.

ESTRE CRIA PROGRAMA DE COMPLIANCE E AMPLIA NEGÓCIOS

A Estre Ambiental é a líder no mercado brasileiro de gestão de resíduos sólidos e uma das empresas mais antigas do setor. Desde o ano de 2015, a companhia desenvolve um forte programa de integridade e compliance, com o objetivo de garantir seu comprometimento com uma forma ética e transparente de fazer negócios.

Em 2018, a empresa foi adquirida pelo fundo americano Boulevard Acquisitions Corp. e passou a ter ações negociadas na bolsa de Nova Iorque, o que aumentou ainda mais o rigor das legislações anticorrupção a serem cumpridas.

Eduardo da Costa Azevedo, superintendente de Gestão de Riscos e Compliance na Estre Ambiental, em entrevista ao



Relatório Executivo – Saneamento, mostra o que a companhia tem feito em termos de conformidade e quais os impactos no negócio da Estre.

RE SANEAMENTO - Qual a importância dos programas de compliance para empresas do segmento de saneamento e resíduos?

EDUARDO AZEVEDO - O setor de resíduos sólidos é um segmento que tem alta relação com o poder público. A coleta de resíduos, por exemplo, é um contrato diretamente com as prefeituras. Historicamente essa relação com as prefeituras e com o poder público é difícil, e o que tem aparecido em investigações são atos de corrupção, pagamento de propina para ganhar licitações, manter contratos e receber vantagens indevidas.

De maneira geral, as empresas que têm esse perfil de risco, de negócio com alto risco em contatos com agentes públicos, precisam criar mecanismos de controle para se proteger.

O setor está muito preocupado com isso, tanto que existe um movimento para criar o pacto setorial de integridade, com apoio do Instituto Ethos e do Pacto da ONU e de empresas concorrentes que estão no mesmo grupo. Além da Estre, Solvi, Marquise, Corpus e (inserir última) . Em termos de corrupção, de pagar propina para agente público, é um setor que precisa demonstrar essa preocupação. A Estre de certa maneira saiu na frente, porque é a primeira empresa do setor a ter um certificado antissuborno, o ISO 37.001, mas outras empresas também estão avançando neste sentido. Inclusive, recebemos pessoas de outras empresas concorrentes.

Alguns Estados já estão aprovando leis que requerem a criação de programas de integridade para participar de licitações, como o Rio de Janeiro, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso, além de São Paulo, onde essa questão já está bem avançada. Resumindo, os programas de integridade são importantes em qualquer setor, mas especialmente em resíduos sólidos, pela alta exposição e pelo histórico do setor.

RE-S - Como foi estruturado o programa de compliance da Estre nos últimos anos? Quais os maiores desafios enfrentados? Houve alguma resistência interna ao programa?

EA - Começamos em 2015 o programa, junho de 2015, com um primeiro diagnóstico. O programa de compliance da Estre começou com um viés de cumprir a Lei 12.846/13, a lei anticorrupção brasileira, que entrou em vigência em janeiro de 2014 e ficou mais forte com o Decreto 8.420 em março de 2015, justamente quando começamos.

Fizemos um diagnóstico da situação da companhia e de onde queríamos chegar dentro de três anos: 2015, 2016 e 2017. A aplicação foi em ondas: a primeira com 34 controles, a segunda com 54 e a terceira com 78. Hoje estamos próximos de 80 controles. É importante buscar um processo de maturidade desse programa.

Criar controles de prevenção e combate à corrupção sempre gera algum tipo de resistência, porque exige mais rotinas de processamento, conferência. Um exemplo muito claro disso é a due diligence de fornecedores: para ser um fornecedor da Estre hoje, é preciso passar por uma due diligence de integridade. Quando uma área precisa contratar um fornecedor, é uma etapa a ser cumprida, que dura em média de 3 a 4 dias. Quando ele não tinha due diligente, contratava o fornecedor na hora que queria. Então a resistência é essa, ter mais etapas no processo, um nível de controle maior, que gera sempre maior desgaste com as áreas, que são impactadas em termos de tempo. Por isso sempre há esse primeiro impacto de resistência, mas ele é sempre superado quando você demonstra realmente o valor daquilo, mostra ao gestor que a empresa tem o compromisso com a integridade. E todos que realmente têm os valores da companhia, que são aderentes aos valores, vão entender e passar a seguir os processos.

RE-S - Você mencionou o certificado ISO 37.001. De que forma as certificações desenvolvem o programa de integridade da Estre?

EA - A Estre foi a terceira empresa brasileira e a primeira do setor de resíduos a conseguir um certificado anticorrupção e antissuborno, que é a ISSO 37.0001. O mérito vem de a empresa ter começado cedo o movimento para desenvolver o programa de integridade.

O desafio agora é manter essa certificação e expandir essa certificação para as outras unidades da companhia. Esse é um caminho sem volta, o compliance cada vez mais é falado dentro da companhia. Em reuniões sobre os mais diversos assuntos, se pergunta o impacto das atividades em termos de compliance. É uma preocupação que vai desde o varredor até o presidente da companhia.

RE-S - Qual o nível de maturidade das empresas brasileiras em termos de compliance? Como você vê a evolução do compliance no país e no mundo nos próximos anos?

EA - As áreas de compliance e os programas de integridade e combate à corrupção são algo muito novo no Brasil. A Lei Anticorrupção americana tem 40 anos, a brasileira tem três. Para o brasileiro e para as empresas brasileiras isso tudo é muito novo. Essa necessidade de estruturar programas de integridade começou com a operação Lava-Jato, para se adequar à lei. As empresas vêm evoluindo de 2014 até hoje, com cada vez mais adeptos, cada vez mais empresas procurando estruturar seus programas de integridade e esse alinhamento, até porque a lei recomenda a criação desses programas.

Além disso, existe um movimento do mercado: as empresas privadas, principalmente as maiores e as que são estrangeiras, já exigem em suas políticas que se faça negócio apenas com fornecedores íntegros. Esse movimento privado-privado é praticamente uma unanimidade entre as companhias. Já existe o

entendimento de que fazer negócio com empresas corruptas não é benéfico para a imagem da empresa; então cria-se essa barreira. As empresas vêm buscando parceiros de negócio que são íntegros. É um movimento que vem ganhando muita força: existem os pactos de integridade. O próprio grupo de trabalho do Instituto Ethos, do qual a Estre participa, já encontra dificuldade em encontrar sala para reunir todas as pessoas que estão, de forma voluntária, discutindo a integridade nos negócios. Ouve-se o tempo todo empresas falando de integridade, compliance, canal de denúncia; é um movimento que está muito forte no Brasil e tende a crescer ainda mais. O que está faltando é expandir esse movimento para as empresas públicas.

RE-S - Como ser uma empresa de capital aberto no exterior, com ações negociadas na bolsa de Nova Iorque, afeta o compliance da Estre?

EA - Isso só faz com que tenhamos maior cobrança. Se a Estre já tinha a preocupação com os requisitos da Lei 12.846, agora, com o capital aberto nos EUA, temos que cumprir a FCPA, a lei anticorrupção americana. É mais uma lei que exige ainda mais a integridade da companhia. Então, se ocorrer um caso de corrupção, de pagamento de propina, é mais uma instância à qual a empresa responde.

A SEC, que regula o mercado de capitais americano, criou também leis que combatem fraudes nas demonstrações fiscais, como é o caso da Sarbanes–Oxley (SOX). Uma empresa listada lá precisa ter maiores controles sobre as demonstrações financeiras, em função dos escândalos de 2002 e 2003, envolvendo Enron, WorldCom, Tyco, que manipularam seus balanços para obter melhores resultados.

Se já estávamos preocupados em atender os requisitos da 12.846, agora temos mais FCPA e SOX, que dão aos nossos investidores maior segurança sobre as demonstrações financeiras e a relação ética da empresa com o poder público.

RE-S - Qual a importância de um programa interno de compliance para facilitar os negócios da empresa?

EA - Hoje a Estre atua muito junto ao setor público. Algumas cidades e Estados já estão aprovando leis que exigem programas de integridade para poder participar de processos licitatórios, logo, se hoje 80% da receita da companhia vem de contratos públicos, sendo necessário o programa de compliance para participar de licitação, significa que estamos indo no caminho certo.

Para transacionar com o setor privado, já é uma necessidade, principalmente no caso da Estre, que tem alguns incidentes de imagem que são citados em mídia. Quando os clientes fazem due diligence da Estre e encontram essas informações negativas na imprensa, imediatamente querem uma explicação, querem avaliar o que a empresa fez em termos de combate à corrupção. Se a Estre não demonstra esse programa de integridade, dificilmente conseguirá fazer negócios com essas grandes empresas.

AGENDA BIANUAL DA ÁGUA

Próximos Eventos

2018	14 a 15 de Jul	5º Seminário Nacional de Gestão de Perdas de Água e Eficiência Energética	Florianópolis - SC
	26 a 31 de Ago	SIWI World Water Week	Stocolmo (Suécia)
	3 a 6 de set	Dessalinização para o meio-ambiente: energia e água limpa	Atenas (Grécia)
	16 a 21 de Set	IWA World Water Congress & Exhibition	Tóquio (Japão)
	18 a 20 de Set	Fenasan 2018	São Paulo - SP
	27 a 29 de Set	13º Seminário Nacional de Resíduos Sólidos	Cuiabá - MT
	29 de Set a 03 de Out	WEFTEC 2018	Nova Orleans (EUA)
	20 a 24 de Nov	XIV Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste	Maceió - AL
	21 a 22 de Nov	Water, Wastewater and Environmental Monitoring 2018	Telford (UK)
	26 a 28 de Nov	Rio Water Week 2018	Rio de Janeiro - RJ

LINKS DE INTERESSE

- “BNDES melhora condições de crédito a projetos de saneamento selecionados pelo ministério das cidades”, BNDES - https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-melhora-condicoes-de-credito-a-projetos-de-saneamento-selecionados-pelo-ministerio-das-cidades!/ut/p/z1/vVVNd9owEPwtPfgotNgytntzCR8JUF6bEIlvPNkSWCmWHFIA--8rUw40LU76eNQX2bvSzGisXeEEP-FE0p1YUyOUUpBv7vUg6y3E06g3JFMbgPxClb7yAzllejEIXzw8T4MwTA07Oryd9wl84wUkmTWllyEgI49VSyMols80OChzIVcEdEEWpuayoA1IZkQlaOZApafiWKQcOC1HBN7nSFNk4E5myEcZRpkTRiGKSq2euVGHaEUlpwWXNIHxDt9wMZsq-UahQkhRGA6FQoxWKBOMWvhaaGnf8SIAzqKQuMiFdIWITyJEOc1QysKUZHQVBH56NKZh58I7jG2YkDT7Pq_1n iJMb70exMPu2Ce9UXsQeccJTF_ud4TBzdiFeOz3of_I86AXu3hhRQbnN9nG853gezyTShf2NN2feNiBCDLGUKdNABGgLor8DkPBilLi2mwnS_EQ_mC4-RZhuDWHw8iGlrBhQzNG3jsXBfevy78pebcvVW8tjuI55eXJLYIXNfid4Of_qmGa4r1RqW_Ok0sUy9c40TzFddct7bahnNjyujqAw7s9_vWAb21VrtWqm2ktF2gVNrUHJUw_DXT31BzVvmZr8GavRyFXoOX72kHHzfBT97rw_nXhg6vCE3Ih_N1bvfbic_zf7yKr2NWT7sSe65KaHAm5UkfN16Yui1kRej8E-vY13D-s8nWxnPQ8_zhsdsU8NHwi6Kanwzys4g8_AdAly10!/dz/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/
- BNDES vai financiar ate 95% das obras em saneamento basico”, Valor Econômico - <http://www.valor.com.br/brasil/5592539/bndes-vai-financiar-ate-95-das-obras-em-saneamento-basico>
- “BNDES espera dobrar recursos para saneamento em 2018”, UOL - <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/06/13/saneamento-deve-ter-r-15-bi-do-bndes.htm>
- “Brasilia encerra racionamento após economizar agua e reabastecer reservatorios”, Agência Brasília - <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2018/06/14/brasilia-encerra-acionamento-apos-economizar-agua-e-reabastecer-reservatorios/>
- “Após 513 dias, racionamento de agua no DF chega ao fim nesta quinta”, G1 - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-513-dias-acionamento-de-agua-no-df-chega-ao-fim-nesta-quinta.ghtml>
- “Ranking ABES Saneamento – principais destaques”, ABES - <http://abes-dn.org.br/?p=18536>
- “ANA apresenta estudo sobre gestão das águas subterrâneas de Belém. ”, ANA - <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/noticias/ana-divulga-estudo-e-apresenta-proposta-para-gestao-das-aguas-subterraneas-de-belem-e-regiao>
- “Projeto de Lei prevê criação de título para incentivar saneamento”, Valor Econômico - <http://www.valor.com.br/financas/5590441/governo-estuda-titulo-para-financiar-saneamento>
- “Game: Trata City”, Instituto Trata Brasil - <http://tratabrasil.org.br/comunicacao/game-trata-city>
- “Copa do Mundo e Saneamento Básico: em 2018, se o critério de classificação do mundial fossem as condições sanitárias, o Brasil seria eliminado nas oitavas de final. Japão seria o campeão”, ABES - <http://abes-dn.org.br/?p=18649>

PARCERIAS E CONCESSÕES EM SANEAMENTO

Modalidade	UF	Município	Objeto	Status	Acompanhamento
Concessão Comum	SP	Ubatuba	Água e esgoto	4. Suspensão	Fevereiro/2017 - Suspensão
Concessão Comum	SP	Mirandópolis	Água e esgoto	4. Suspensão	Fevereiro/2017 - Suspensão
Concessão Comum	RS	Erechim	Água e esgoto	4. Suspensão	Janeiro/2018 – Suspensão em 12/01/2018
Concessão Comum	PR	Palmeira	Saneamento e Res. sólidos	4. Suspensão	Fevereiro/2016 – Suspensão
Concessão Comum	PA	Marabá	Água e esgoto	4. Suspensão	Janeiro/2014 - Audiência Pública suspensa
Concessão Comum	SP	Marília	Água e esgoto	4. Suspensão	Novembro/2016 – Processo suspenso pelo Tribunal e Justiça do Estado.
Concessão Comum	SC	Caçador	Água e esgoto	3. Licitação	Agosto/2016 – Três empresas entregaram propostas e foram homologadas.
Concessão Comum	MG	Montes Claros	Água e esgoto	4. Suspensão	Dezembro/2015 - Licitação suspensa pelo TCEMG (ausência de planejamento básico)
Concessão Comum	ES	São Mateus	Água e esgoto	4. Suspensão	Junho/2016 – Licitação suspensa pela justiça, em fase de defesa.
Concessão Comum	SP	Artur Nogueira	Água e esgoto	4. Suspensão	Junho/2016 – Suspensão
Concessão Comum	SC	Bombinhas	Água e esgoto	4. Suspensão	Março/2016 – Suspensão
Concessão	MG	Ubá	Água e esgoto	3. Licitação	Julho/2016 – Propostas entregues. Licitação suspensa sem habilitação dos licitantes.
Concessão	SP	Serrana	Água e Esgoto	3. Licitação	Setembro/2016 – Republicação do edital após suspensão pelo TCE. Novo prazo para apresentar propostas: 07/11/2016
Concessão Comum	MT	Porto Alegre do Norte	Água e esgoto	3. Licitação	Setembro/2015 - Determinado prazo para submissão de propostas
Concessão Comum	SP	Conchal	Água e esgoto	3. Licitação	Março/2016 – Audiência pública realizada
PPP	BA	Feira de Santana	Água	2. Projeto	Janeiro/2016 - Governador já anunciou que pretende fazer uma PPP para abastecimento de água na cidade
Concessão Comum	ES	Lagarto	Água e esgoto	2. Projeto	Dezembro/2015 - Câmara aprovou o PL para concessão do Saneamento
Concessão Comum	BA	Itabuna	Água e esgoto	2. Projeto	Junho/2016 – Prefeito apresentou o projeto na cidade
PPP	GO	Goiás	Esgoto	2. Projeto	Fevereiro/2014 - Saneago anuncia PMI para projeto de esgoto em 10 municípios do Entorno do Distrito Federal
Concessão Comum	SP	Mogi Mirim	Água e Esgoto	2. Projeto	Março/2016 – Audiência pública realizada
Concessão Comum	SC	Corupá	Água e esgoto	2. Projeto	Fevereiro/2016 - Audiência pública realizada
Concessão Comum	PE	Petrolina	Águas e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2018 – 3 empresas cadastradas na PMI

A definir	SP	Guarujá	Água e esgoto	1. Estudos	Junho/2017 – PMI publicado pela prefeitura
PPP	ES	Cariacica e Viana	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
PPP	ES	Guarapari e Fundão	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
A definir	SC	Itaiópolis	Água e esgoto	1. Estudos	Setembro/2017 – Aviso de PMI para estudos de concessão de serviços de água e esgoto. Propostas devem ser entregues até 27/10/2016.
PPP	MG	Caxambu	Água e esgoto	1. Estudos	Mai/2016 - Aviso de PMI
PPP	RJ	Mangaratiba	Esgoto	1. Estudos	Julho/2016 – Prazo para PMI adiado para 20/07/2016
PPP	RO	Porto Velho	Esgoto	1. Estudos	Mai/2016 - Aviso de PMI; Prazo para inscrição: 30/05
PPP	PA	Canaã de Carajás	Água e esgoto	1. Estudos	Junho/2015 - Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse
Concessão ou PPP	RJ	Rio de Janeiro	Esgoto	1. Estudos	Julho/2016 - Estruturadora Brasileira de projetos está avaliando dois projetos, incluindo 16 municípios na Baixada Fluminense e 6 municípios no Leste Fluminense
Concessão Comum	SC	Navegantes	Água e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2015 – Prefeitura anuncia que realizará concessão de água e esgoto
Concessão ou PPP	RJ	Natividade	Esgoto	1. Estudos	Agosto/2016 – Prefeitura anuncia PMI para estudo de viabilidade da concessão ou PPP para esgotamento sanitário.
Concessão	SP	Iracemápolis	Água e Esgoto	1. Estudos	Junho/2016 – Prefeitura anunciou estudos para concessão dos serviços de água e esgoto.

A GO Associados adota as melhores práticas e conceitos provenientes de diferentes áreas do conhecimento para propor soluções e parcerias para instituições público e privadas, mediante abordagem multidisciplinar.

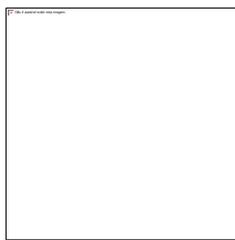
Com periodicidade semanal, o Relatório Executivo traz notícias exclusivas e relevantes do setor, além dos principais indicadores e uma agenda bianual com os eventos mais importantes.

EXPERIÊNCIA E EXCELÊNCIA NA ÁREA DE SANEAMENTO

Conselho Editorial



Álvaro José da Costa
Ex-presidente da Casal
Engenheiro Civil



Gesner Oliveira
Ex-presidente da Sabesp
Economista



Fernando Marcato
Ex-Secretário Executivo de Novos
Negócios da Sabesp. Advogado



Marcio Saba Abud
Ex-diretor da Sabesp
Economista



Carlos Alberto Rosito
Vice-presidente da ABES
Engenheiro Civil



Artur Ferreira
Associado especializado em Saneamento
Administrador de Empresas

Editores



Pedro Scazufca
Ex-assessor da Presidência da Sabesp
Economista



Mauro Arbex
Editor do Relatório Executivo
Jornalista e Sócio da Letras &
Fatos